

Ryanair critica aumento das taxas nos Açores e agora ameaça sair da Madeira

A operadora Ryanair, que opera nos Açores, criticou ontem a proposta da ANA de aumentar as taxas aeroportuárias em até 18% a partir de 2024.

“A ANA, operada pela empresa francesa de concessão de aeroportos VINCI, procura aumentos excessivos e injustificados das tarifas em todo o território de Portugal, incluindo Lisboa (+18%), Porto (+13%), Faro (+12%), Açores (+8%) e Madeira (+9%), o que terá um impacto extremamente negativo na conectividade, no turismo e no emprego de Portugal, especialmente para as economias insulares”, avança a Ryanair.

“Não há qualquer justificação para estes aumentos excessivos de preços, além das já elevadas taxas aeroportuárias da ANA. Esta proposta excessiva da ANA, que não enfrenta concorrência em Portugal, é exactamente o oposto daquilo que os aeroportos portugueses precisam, especialmente os da Madeira e dos Açores, onde dependem de taxas aeroportuárias baixas para impulsionar a conectividade e o turismo vitais”, afirma a transportadora low cost.

Surpreendentemente, em vez de procurar reduzir os custos de acesso para as ilhas, a ANA pretende tornar o acesso ainda mais caro, aumentando as tarifas na Madeira e nos Açores, para além dos aumentos excessivos aplicados no ano passado, prejudicando irreparavelmente a competitividade da Madeira e dos Açores. A Ryanair já foi forçada a encerrar a sua base nos Açores na sequência dos anteriores aumentos de tarifas da ANA, e a companhia aérea apela agora à ANA para reduzir as taxas aeroportuárias



para evitar o mesmo destino para a Madeira, garantindo que a conectividade aérea permaneça sustentável nas regiões periféricas de Portugal”, lê se numa nota enviada ao nosso jornal.

“Além dos encargos excessivos, surge uma nova ameaça ao crescimento do turismo em Portugal, sob a forma dos custos do regime de comércio de licenças de emissão da UE, que visam injustamente os voos de curta distância e incluirão inexplicavelmente as regiões ultraperiféricas da UE (incluindo os Açores e a Madeira) a partir de 2024. Portanto, os turistas enfrentarão custos mais elevados quando visitarem a Madeira em comparação com outros destinos de férias não europeus, o que significa que a ilha poderá perder visitantes para destinos fora da UE, como Marrocos, Turquia e Jordânia, que estão fora do âmbito do RCLE”, acrescenta.

“À medida que outros aeroportos da UE reduzem as taxas para promover a

recuperação do tráfego, a ANA aumenta as taxas ano após ano, o que fará com que as taxas de passageiros do aeroporto de Lisboa aumentem 50% desde 2019. O Governo português deve garantir que os aeroportos, como parte vital da infraestrutura nacional, sejam utilizados em benefício da economia portuguesa, em vez de ser um operador privado que extrai lucros monopolistas excessivos, a ANA/VINCI deve trabalhar para melhorar a competitividade dos aeroportos portugueses através de taxas mais baixas”, conclui a Ryanair, apelando à ANAC para “intervir urgentemente e proteger os passageiros e as economias insulares de Portugal dos excessivos preços de monopólio da ANA”.

CEO da Ryanair diz que Açores e Madeira vão ser prejudicados

A propósito destes aumentos, o CEO da Ryanair, Eddie Wilson, declarou que

“não há justificação para a ANA aumentar as tarifas até 18% a partir de 2024. A concessionária monopolista do aeroporto apenas procura taxas mais elevadas, para além das já elevadas, à custa do turismo português, da conectividade e do emprego local particularmente para as regiões insulares ultraperiféricas, incluindo a Madeira e os Açores, que dependem da conectividade para a sobrevivência das suas economias”.

“Em resultado do aumento de tarifas da ANA em 2023, a Ryanair encerrou a sua base nos Açores a partir do Inverno ‘23. Estes novos aumentos injustificados de 18% prejudicarão ainda mais os aeroportos portugueses, especialmente os das regiões periféricas dos Açores e da Madeira, que serão desproporcionalmente afectados pelos aumentos de tarifas e pelo efeito negativo da retirada da UE dos incentivos do RCLE para as regiões ultraperiféricas”, declarou ainda.

Para o CEO da Ryanair, “a ANA deveria seguir os seus homólogos europeus e reduzir as taxas para ajudar a estimular o tráfego e o turismo. Em vez disso, a ANA está a prejudicar irreparavelmente a competitividade de Portugal com este aumento excessivo e injustificado de 18% nos preços, que não fará mais do que afastar o tão necessário turismo receptivo”.

E finaliza: “Apelamos à ANAC para que intervenha urgentemente e proteja os passageiros e as economias insulares de Portugal dos excessivos preços de monopólio da ANA, antes que seja tarde demais.”

Pesca de tamboril e de peixe-espada preto à beira de esgotar as quotas

A pesca de tamboril e de peixe-espada preto podem vir a ser encerradas a “curto prazo”, após a frota portuguesa ter utilizado 80% destas quotas, avisou a Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM).

“Considerando os dados das capturas efectuadas pela frota portuguesa da unidade populacional de tamboril (*Lopholatilus chamaeleonticeps*), nas zonas oito e, nove, 10 e águas da UE [União Europeia] da zona CECAF 34.1.1, a utilização da quota atingiu os 80%, podendo vir a ser necessário, a curto prazo vir a proceder ao encerramento desta pesca”, alertou, em comunicado.

As zonas em causa correspondem ao Sul do Golfo da Biscaia, águas portuguesas, banco dos Açores e águas da União da zona CECAF 34.1.1. Comité das Pes-

cas para o Atlântico Centro Este.

Numa outra nota, a DGRM alertou para as capturas pela frota portuguesa de peixe-espada preto (*Aphanopus carbo*) em águas da União Europeia e águas internacionais das subzonas oito, nove e 10 (Golfo da Biscaia, águas portuguesas e banco dos Açores), com a utilização da quota a atingir os 80%.

Do mesmo modo, e perante estes dados, pode vir a ser necessário encerrar esta pesca.

Tutelada pelo Ministério da Agricultura e Alimentação, a DGRM é um serviço central da administração directa do Estado, com autonomia administrativa, que tem por objectivo o desenvolvimento da segurança e serviços marítimos, a execução das políticas de pesca e a preservação dos recursos.

Corvo está sem combustível

O deputado do PS, Lubélio Mendonça, denunciou, ontem, que a ilha do Corvo está sem combustível, nomeadamente gasolina, por falha de abastecimentos, verificando se também roturas de stocks em vários bens essenciais.

Após contactos com vários corvinos, o Secretário coordenador do PS/Corvo confirmou que “não existe combustível disponível na ilha do Corvo”, junto do empresário que gere a única bomba de combustível da ilha.

Lubélio Mendonça considerou “lamentável que, em pleno ano 2023, a ilha do Corvo tenha regredido tanto em matéria de abastecimento de bens essenciais e até mesmo de combustíveis”.

“Já vínhamos a alertar este Governo Regional do PSD CDS/PP PPM que o tipo de navios que escolheu para abastecer à ilha não era o mais adequado e estão a verificar se, repetidamente, diversas falhas no abastecimento que estão a deixar o Grupo Ocidental e a ilha do Corvo em concreto para trás”, salientou o socialista.

Após fazer uma ronda pelos estabelecimentos comerciais da ilha, Lubélio

Mendonça verificou, no local, que “já faltam muitos bens essenciais”, uma situação que classificou como “inaceitável”.

O navio ‘Thor B’ está em manutenção, motivo pelo qual o abastecimento está a ser feito, transitariamente, pelo navio Paulo da Gama, que deveria ter atracado no Corvo no passado sábado mas que, chegados a Quarta-feira, ainda não o fez. “Não é possível estarmos a viver esta situação, especialmente quando o Governo Regional da coligação esta beleceu um contrato de vários milhões de euros para abastecimento da ilha do Corvo mas que, na prática, deixa o Corvo desprovido de bens fundamentais que devem estar acessíveis a qualquer açoriano. Os resultados das políticas do PSD CDS/PP PPM estão à vista: a ilha do Corvo está sem gasolina, está sem bens essenciais e até tem dificuldades em escoar os seus resíduos”, apontou Lubélio Mendonça. O deputado vai avançar, no Parlamento dos Açores, com um requerimento ao Governo Regional para procurar perceber “o que se passa, o que está na origem deste problema, como e quando será resolvido”.